



**Diário da Sessão n.º 009 de 17/03/05**

**Presidente:** Passamos ao ponto seguinte: **Proposta de Resolução – “Por um melhor POSEIMA Agrícola”**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para apresentar a proposta tem a palavra o Sr. Deputado Luís Henrique.

**Deputado Luís Henrique (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quando se pensa na agricultura Açoriana não se pode fazê-lo sem se encararem, desde logo, as suas especificidades e o meio físico onde se desenvolve.

Um terreno fragmentado em nove ilhas de dimensões diversas, umas maiores do que as outras mas todas muito pequenas, com uma orografia muito acidentada, acessos difíceis, tudo sujeito a um clima que está longe de ser calmo e ameno.

Por isso as mudanças no programa POSEIMA são difíceis e requerem grande ponderação.

Este programa surge como um instrumento legislativo que permite fazer face ao afastamento e à insularidade das regiões ultraperiféricas dos Açores e da Madeira.

Surge com ajudas às produções locais, a franquia das 73 mil toneladas de leite, e as ajudas estruturais. No aprovisionamento fazer chegar às Regiões cereais forrageiros a preços Mundiais.

Na sua génese, possibilita que, por via de apoios específicos e excepcionais a estas regiões, se rompa a desigualdade social com a restante sociedade europeia, o que se materializa por meio de uma parcial abolição de



determinados constrangimentos geográficos de carácter perpétuo como seja a suplementariedade do custo dos transportes.

Trata-se de um reconhecimento da nossa diferença que tem de ser aperfeiçoado.

Com a última reforma da Política Agrícola Comum e toda a sua mudança de filosofia a Comissão Europeia prepara-se para alargar alguns princípios estabelecidos nesta reforma aos POSEI - Agricultura.

Neste sentido, a Comissão irá regulamentar uma maior flexibilidade de apoio dos POSEI dentro de um tecto financeiro estabelecido.

Esta atitude possibilitará às Regiões ultraperiféricas terem, por exemplo, uma maior influência na programação anual, permitindo uma melhor adaptação das medidas de apoio e a sua melhor adequação à realidade. Isto significa que a Comissão entregará aos Açores a capacidade de elaboração de uma proposta de programa de apoio às produções agrícolas locais.

Pela primeira vez, nós temos a liberdade de fabricar integralmente a nossa estratégia de apoio.

Urge, deste modo aos Açores saberem aproveitar eficazmente esta autonomia para apresentarem um planeamento de ajuda financeira, que seja apropriado aos novos tempos. A oportunidade é bem vinda para a Região.

Ademais, sendo revisto de 5 em 5 anos, só teremos uma nova revisão quantitativa e qualitativa do POSEI para 2012/2013.

Nesta consequência e das várias benesses que o POSEIMA consagra algumas requerem uma viva adaptação para melhor servirem os sectores que são alvo e outras deverão nascer para cobrir as novas necessidades produtivas. É, pois, crucial rever-se montantes, complementos de apoio regional e assegurar-se outros.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Genericamente, o grande desafio da modificação deste programa passa pelo saber aprofundar as suas vertentes de acção: O regime específico de abastecimento e o apoio às produções locais, de modo a permitir uma maior compensação das desvantagens ligadas às condições de afastamento e insularidade.

Por outro lado, as eventuais alterações terão de ser igualmente um ponto de encontro com a nova Política Agrícola Comum, com uma fisionomia virada para a sua agro-política e em concreto para o Desenvolvimento Rural.

Trata-se de firmar um compromisso com a política da Europa para um futuro melhor para a Agricultura Açoriana onde o ponto de partida para a competitividade seja uma igualdade dentro e fora da Europa Unida. Tenhamos habilidade e agilidade suficientes para usufruir da liberdade dada pela Comissão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Das várias alterações que tem de acontecer neste programa, somos da opinião que não podemos deixar cair os complementos aos prémios, no sector da carne de bovino, manter ajudas à produção local, o sector leiteiro deve ser revisto e mantida a centralidade na “vaca leiteira”. Defendemos sistemas eficazes de produção horto-fruti-floricola também direccionados ao mercado local.

É também consistente estudar-se um conjunto de produtos, de importância estratégica e fundamentais para o desenvolvimento da Região, para serem apoiados na sua exportação.

Finalmente, julgamos que a utilização das novas possibilidades legislativas que irão ser colocadas a esta Região, devem resultar de um esforço conjunto, também da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, para efectivarmos um POSEIMA-Agricultura mais proveitoso para



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

os próximos cinco anos, visto a Região não ter sabido servir-se eficazmente do actual, como acontece com os artigos 7º e 26º do presente regulamento, que poderia ter constituído uma preciosa colaboração financeira de apoio ao progresso desta Região. O Governo Regional não esgotou as possibilidades financeiras colocadas ao seu dispor por este programa.

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(\*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como sabemos e de acordo com a proposta da Comissão, a revisão do POSEIMA assenta em dois pressupostos: por um lado, numa maior flexibilidade e, por outro, na estabilidade orçamental.

Relativamente às questões orçamentais não vou fazer nenhuma referência, uma vez que ainda há pouco acabámos de aprovar uma Resolução que dá enfoque a essa matéria.

Quanto à maior flexibilidade, aí, sim, vale a pena tecer alguns comentários já que nessa segunda fase e depois de definido o envelope financeiro a Região terá um papel activo muito importante na elaboração de programas específicos de apoio às necessidade que entender ser necessárias apoiar a bem do nosso desenvolvimento.

Não se trata de fabricar integralmente a nossa estratégia na medida em que, e só seria rigorosamente verdade, se fossemos nós a definir o envelope



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

financeiro. Vamos tentar que ele seja o melhor possível, mas não somos nós que o vamos definir. Portanto, trata-se apenas de fabricar parcialmente dentro das medidas do possível a nossa estratégia de desenvolvimento.

Por outro lado, e ainda no âmbito do preâmbulo, há aqui uma outra imprecisão quando se afirma que o ponto de partida para a competitividade seja uma igualdade dentro e fora da Europa unida.

O ponto de partida não é uma igualdade. O ponto de partida é exactamente a diferença...

**Deputado Nuno Amaral (PS):** *Muito bem!*

**O Orador:** ... e é exactamente por isso que o POSEIMA propõe medidas diferentes para regiões diferentes.

Por outro lado, e referimo-nos em concreto àquilo que é o objecto da proposta, no seu ponto 1, o que se propõe é que se recomende à Comissão Permanente de Economia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que acompanhe a formulação das propostas da Região.

Nós consideramos que este ponto 1 não faz qualquer sentido, já que no âmbito das competências da Comissão de Economia está claramente a agricultura.

Não há memória nesta casa de que alguma vez uma Comissão Permanente tenha deixado de exercer as suas competências e a sua fiscalização sobre aquilo que são as propostas e a actividade do Governo. Portanto, não faz sentido recomendar a uma comissão que faça aquilo que é a sua obrigação. Naturalmente a Comissão de Economia também fará a sua obrigação sobre esta matéria. Desde logo, havendo dúvidas, há diferentes formas dos deputados terem acesso à informação, e uma que dissemos que seria possível, seria a convocação para a reunião da Comissão de Economia do



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Sr. Secretário da Agricultura e Florestas, que nos prestará todos estes esclarecimentos.

De resto, dissemos logo, que estaríamos abertos a isso e que isso teria a nossa concordância, mas esse não foi o sentido dado a esta questão pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Relativamente à elaboração de um relatório sumário da aplicação do actual POSEIMA, é bom que fique claro que há matérias que são do âmbito desta casa, matérias claramente legislativas, e há matérias que são claramente competência e que estão no âmbito do executivo. Portanto, não as devemos misturar.

Elaborar os relatórios da aplicação do actual POSEIMA é uma competência que é claramente do executivo. Todos nós teremos acesso a esses relatórios, queremos conhecê-los, temos forma de termos acesso a eles e temos forma de os pedir logo que estejam elaborados pelo executivo.

Portanto, o objecto desta proposta, no que se refere a estes dois pontos, no nosso entender, não faz qualquer sentido e, por isso, nós não estamos de acordo com ele.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(\*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Evidentemente, que isto não faz sentido na vossa perspectiva. Se não fizesse sentido na nossa perspectiva, não tínhamos entregado esta Proposta da Resolução.

Nós estamos a falar de um programa, de um convite que vai ser formulado, que permite descentralizar as decisões. Pela primeira vez vamos ter capacidade de decisão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Também permite derrogações, auxílios estatais da Região, ou seja, dá-nos uma liberdade de decisão.

No fundo, o que é que está aqui a acontecer?

Se, por um lado, em todos os outros fundos comunitários, nós temos capacidade de influência, aqui nós temos capacidade de decisão. Nós já chegámos ao fim, ou seja, já podemos decidir sobre aquilo que queremos apoiar. Isto é, no fundo, aquilo que o relatório, quando for objecto de regulamento, vai fazer em relação aos Açores.

Em relação à estabilidade orçamental deixe-me dizer que o relatório da Comissão sobre as regiões ultraperiféricas, e que serve também para a elaboração de um anexo para as perspectivas financeiras 2007/2013, não contempla as verbas do FEOGA-Garantia, ou seja, não contempla o POSEIMA. Portanto, isto não foi votado nesta sala.

O ponto de partida é a equidade social e económica dos cidadãos desta Europa unida. Evidentemente que é.

Se o ponto de partida é este, nós encontramos diferenças. Então temos que encontrar instrumentos que amortecem esta diferença e esta diferença é amortecida por este instrumento específico que é diferente para regiões diferentes como a nossa, caracterizada pelo afastamento, a insularidade, a dispersão, a sua pequena dimensão e o seu pouco volume populacional.

Evidentemente que, tendo isso em conta, nós não achamos que esta nossa proposta não tem cabimento. Ela insere-se num acto de fiscalização, mais em pormenor, de uma coisa que a Região vai ter capacidade de decisão.

Então não é esta casa suprema, esta Casa Mãe, que deve acompanhar estas propostas?

Não é uma atitude açoriana que está em causa?



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Não é a elaboração de uma estratégia açoriana em que deve haver consensos, debate?

Não deve a Comissão de Economia acompanhar, à partida, a elaboração deste programa? Ou vai acompanhar no sexto mês, isto é, depois do programa ter sido entregue à Comissão?

Eu não vejo a diferença.

Se V. Exa. vê diferença, deixe-me lembrar que foi aprovado por unanimidade, em 18 de Março de 2004, uma Resolução da Assembleia Legislativa, apresentada pelo PCP, sobre matérias de interesse regional na Revisão do Tratado da União Europeia.

Eu tive o cuidado de ler o relatório, tive o cuidado de ler a proposta e ela foi aprovada por unanimidade.

Comparando com esta proposta, a conclusão a que eu posso chegar é que há dois pesos e duas medidas. A balança que pesa não tem o mesmo peso que pesa esta proposta.

Será que o Grupo Parlamentar do PCP, por ser mais reduzido, não provoca danos, não provoca visibilidade e por vir da nossa parte é um problema?

Eu não vejo diferenças entre aquela que foi apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP, que é um assunto de interesse regional, e aquela que nós estamos a apresentar.

Nós estamos a pedir que sejamos mais interventivos, que possamos acompanhar pormenorizadamente. Isso não significa que vamos acompanhar do mesmo modo que a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas o irá fazer.

Podemos fazer de um nível mais superior, mas não deixaremos de estar atentos, não deixaremos de dar atenção, não deixaremos de ser perspicazes, não deixaremos de dar a nossa opinião a cada momento em relação a isso.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Portanto, nós achamos que a nossa proposta tem fundamento devido a essas questões.

**Voices dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

(\*) **Deputado Luís Paulo Alves (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui a analisar uma proposta que tem por base a proposta da Comissão para a revisão do Regulamento do Conselho, relativamente ao POSEIMA.

Esta proposta, nesta fase, encontra-se claramente numa fase europeia.

Nesta fase europeia o Governo Regional já tomou as suas considerações sobre a proposta de regulamento que tem alguns problemas para a Região, nomeadamente no que concerne à SINAGA.

O que era de esperar nesta fase era que, tal como a proposta anterior que apoiou a proposta da Comissão relativamente às matérias europeias, aparecesse nesta fase uma proposta que apoiasse também as medidas que o Governo Regional propôs para a revisão da proposta da Comissão.

Seria de esperar essa preocupação da vossa parte. Mas como isso seria apoiar as posições do Governo Regional, enfim, não tiveram nessa disposição, como também é habitual nesta câmara.

Passaram à fase seguinte, à fase nacional. Ou seja, depois de aprovado o regulamento, haverá um programa da competência nacional que será presente à Comissão, ou ao Conselho, e nessa fase o Governo Regional, em



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

conjunto com os parceiros sociais, fará consubstanciar a fase da proposta que diz respeito às medidas para as nossas produções locais.

Quanto a essa fase, já houve neste momento algumas reuniões preparatórias e ela está em seguimento.

A Comissão vai acompanhar todos estes processos como, aliás, estatutariamente isso é possível.

Portanto, não há aqui nenhuma demissão. O que não existe aqui é a possibilidade de, neste momento, dar passos fora de tempo; não há a disponibilidade de fazer as coisas como V. Exas. pretendem, porque não há essa necessidade, porque o quadro regulamentar assim permite fazer dentro da normalidade de funcionamento.

Portanto, mesmo quanto às questões de financiamento aqui levantadas, e que são levantadas embora não directamente na proposta, eu lembro que o documento da Comissão já as tem consideradas por base.

Portanto, para aquilo que é possível, digamos assim, no apoio às produções locais, a preocupação das verbas e a não aplicação dos artigos 7º e 26º, que penso eu que será muito bem explicada daqui a pouco, não compromete de maneira nenhuma os montantes que estão em causa para o financiamento do programa, porque essa aplicação, nos capítulos das produções locais, será feita pelos limites máximos teóricos que eram já aplicados no presente programa.

Portanto, também por aí há pressupostos na vossa proposta que não se confirmam, que se desvirtuam e que são um pouco desadequados, pelo menos no espírito que nós temos no momento, para a proposta de revisão do Regulamento do POSEIMA.

Muito obrigado.



**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(\*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** (*Noé Rodrigues*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta que aqui está em análise, no meu entender, contém objectivos totalmente descabidos e considerações totalmente infundadas.

Como é sabido, a origem dos regimes de apoio do POSEIMA remontam a 1991/92 e o POSEIMA tem demonstrado alguma eficácia a dois níveis: ao nível da promoção da agricultura das regiões ultraperiféricas e ao nível do abastecimento de produtos agrícolas às regiões ultraperiféricas.

A gestão dos regimes de apoio à agricultura nessas regiões tem-se caracterizado, no entanto, por uma grande rigidez, quer no regime especial de abastecimento, quer no apoio às produções locais que estão, aliás, divididas em 56 micro-acções estabelecidas em diversos regulamentos do conselho e sujeitas a procedimentos burocráticos e inter-institucionais de alguma complexidade.

Essa complexidade e essa rigidez que foram evidenciadas na execução do POSEIMA é que determinaram a mudança da filosofia do apoio às regiões ultraperiféricas, aconselhando uma nova metodologia no sentido de trazer à participação da tomada de decisão as regiões ultraperiféricas e à adaptação às especificidades que elas apresentam.

A proposta do Conselho prevê duas questões fundamentais, como também já aqui foi referido:

- o plafondamento das fontes de financiamento e da sua intensidade, o que significa que não vamos poder dizer que apoiamos tudo o que queremos, porque a Comissão impõe determinado tecto;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

- a apresentação por parte do Estado-Membro, através das regiões ultraperiféricas, de programas, quer quanto ao regime especial de abastecimentos, quer quanto ao apoio às produções locais.

No que respeita ao apoio às produções locais, devemos sempre acautelar, por exemplo – e é isso que devemos ter em atenção hoje:

- as questões relativas à derrogação do cultivo das castas dos produtores directos até 2013, como aliás está previsto no nº 2 do artigo 19º;
- o mecanismo previsto no nº 2 relativamente às aleitantes que também deveria ser aplicável a ovinos e caprinos;
- as derrogações do artigo 16º relativamente ao desenvolvimento rural para o período de programação 2007/2013;
- e devíamos ter uma referência expressa de salvaguarda àqueles que são os interesses da Região Autónoma dos Açores na reforma da OCM quanto ao tabaco e ao açúcar.

Não vejo, nessa matéria, nenhuma preocupação. Vejo apenas preocupações quanto aos programas a apresentar, quando ainda não está sequer assegurada nem aprovada a própria proposta.

Eu acho que se devia discutir e devíamos fazer força para que estas questões preocupantes da proposta tivessem da parte dos partidos aqui representados essa preocupação.

No que respeita ao regime especial de abastecimento, deveríamos acautelar, por exemplo, o cálculo da média das expedições tradicionais, devíamos ter preocupações quanto à definição dos períodos que servem para essa definição.

No que respeita ao tecto, ao limite orçamental, apesar da perspectiva de plafonar os montantes a locados a este programa, devíamos ter em consideração, por exemplo, que esse plafondamento condiciona a ajuda,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

nomeadamente à disponibilidade financeira existente, aos custos adicionais crescentes dos transportes, ao crescimento dos preços do mercado mundial e que tudo isto condiciona, como é evidente, o apoio aos nossos produtores. Esta preocupação também está ausente desta proposta.

O que esta proposta visa é outra questão.

Tal como de manhã falámos nas questões que dizem respeito à IGP, aqui também estamos preocupados naquilo que o Governo vai fazer relativamente aos programas a apresentar, só que nós não iremos fazer a apresentação de programas nessa matéria de uma forma desleixada e inconsequente, como houve no passado.

Como de manhã falámos exactamente nas questões da IGP, queria só lembrar que o regulamento ao abrigo do qual podiam ter sido criadas Identificações Geográficas Protegidas é o Regulamento 2081/92 e só em 2001 é que tivemos a IGP para a carne açoriana.

Portanto, não vamos demorar todo esse tempo que se demorou no passado relativamente aos programas aqui apresentados, porque a própria proposta prevê que esses programas sejam apresentados nos seis meses seguintes à sua aprovação.

O que a proposta do PSD deveria ter como preocupação era a proposta do Conselho e as questões que aqui anunciei, porque sem esta proposta, aí, sim, ficam condicionados os programas a apresentar ao programa.

O programa a apresentar dependerá mais do parecer, do empenhamento e do contributo dos nossos produtores e das suas organizações de produtores, porque é para eles que estes programas se destinam, e menos, muito menos, a qualquer parecer mais ou menos destinado a qualquer protagonismo político de ocasião.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Portanto, nesta medida julgo que todos devemos estar preocupados com a apresentação da proposta da Comissão, a correcção daqueles elementos que nós consideramos que representam alguma perspectiva de estrangulamento de algumas unidades produtivas regionais, nomeadamente nas agro-indústrias e na SINAGA, em particular, e menos no propósito propagandístico de andarmos aqui a ver quais são os programas que se fazem, que jeito é que se dá, porque esses programas destinam-se aos nossos produtores e, em primeira mão, é com eles que temos que discutir.

Quanto às infundadas considerações que a proposta contempla, eu fui confrontado, nas primeiras reuniões da Assembleia que tive o prazer de participar, com a invocação do artigo 26º do POSEIMA e muitas vezes se fala nesse artigo.

Certamente que a bancada do PSD, porque até tem juristas com mérito, poderia ler o artigo 7º, saber que ele faz parte de um conjunto de artigos, que está submetido a uma secção, que não está isolado, e deviam saber o que é que contém esse artigo e o que é que ele representa do ponto de vista de volume e de importância na nossa região.

Relativamente ao artigo 26º, queremos sempre fazer barulho por alguma coisa e queremos saber menos o que é que foi feito.

Recorrentemente se tem falado que não aproveitamos o que dispõe o artigo 26º do POSEIMA.

A propósito disso e para ver se não há mais confusões sobre essa matéria, eu queria dizer que, como sabem, este POSEIMA entrou em vigor (o período de transição foi 2001/2002) e no princípio de 2003 o Governo Regional apresentou ao Ministério da Agricultura uma proposta de programa global de apoio ao sector pecuário e dos produtos lácteos dos Açores, de acordo com o artigo 26º do Regulamento 14/53/2001 – POSEI.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Este programa que aqui tenho cópia, foi enviado ao Ministério e, desde o princípio de 2003 até hoje, o Ministério não deu resposta.

A fim de avivar a memória do Ministério, porque às vezes não gostamos que essas coisas fiquem esquecidas, em 2004 mandou-se umas notas sugerindo algumas alterações ao programa mandado no início de 2003 e esta nova comunicação ao Ministério da Agricultura também não teve qualquer resposta.

Portanto, quando aqui se invoca recorrentemente que a Região não sabe aproveitar os mecanismos que tem à sua disposição, primeiro os Srs. Deputados deviam perguntar se alguma coisa foi feita para aproveitar ou não esses mecanismos.

Portanto, deixem cair o artigo 26º do vosso argumentário, porque também aqui não há qualquer fundamento para a sua invocação.

Obrigado.

**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(\*) **Deputado Alvarino Pinheiro** (*PP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ouvi atentamente todas as intervenções, nomeadamente a do Sr. Secretário. O Sr. Secretário vai-me desculpar, mas foi com muita preocupação que ouvi algumas das suas afirmações políticas, nomeadamente que do programa a elaborar estava muito mais interessado em relação ao parecer das associações e dos parceiros sociais do que propriamente das iniciativas dos partidos ou desta Assembleia, tendo usado até um termo de menor consideração.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

O Sr. Secretário compreenderá o meu ponto de situação política, porque nesta Casa, “cada macaco no seu galho” e o macaco principal desta casa são os 52 deputados eleitos.

O Governo depende politicamente desta Assembleia e acho que devemos fazer todos um esforço muito grande para nunca desconsiderarmos o papel, o peso e a função primeira e decisória deste Parlamento, independentemente da iniciativa ser da oposição, ser da situação, ser incómoda ou não. É uma questão de princípio e enquanto membros desta Assembleia, o Sr. Secretário compreenderá, é nossa obrigação zelar sistematicamente por essa deferência, compreendendo também, e digo isto com toda a sinceridade, o papel e a atenção que o executivo dá e deve dar em questões que têm uma componente técnica muito forte aos parceiros sociais, mas não é isso que está em causa.

Nós compreendemos o trabalho íntimo, e quanto mais íntimo melhor, da Secretaria Regional relativamente aos produtores e à associação. Agora, nunca, por nunca, se pode desvalorizar ou até generalizar, mesmo que uma proposta possa ser menos feliz, e secundarizar o papel deste Parlamento.

Peço desculpa, mas é uma nota que, politicamente, em nome do meu partido, sinto a obrigação de fazer.

Relativamente às observações feitas, quero desde já dizer que o Grupo Parlamentar do CDS/PP está disponível para apoiar esta Proposta de Resolução.

Tivemos muito atentos aos argumentos aduzidos e até reconhecemos a seriedade e a honestidade política e técnica de muitos dos argumentos apresentados relativamente a esta proposta, quer os da sua defesa, quer os apresentados pela bancada do Partido Socialista e também os argumentos





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Gabinete da Presidência

técnicos apresentados pelo Sr. Secretário Regional e pelo Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Posto isto, eu gostaria de colocar a seguinte questão:

A determinada altura fiquei com a sensação de que a principal crítica que era feita a esta iniciativa do Partido Social Democrata era, digamos, ter aparecido cedo demais, ou seja, há um assento muito forte de que estamos neste preciso momento numa fase do processo que está ainda situado na própria iniciativa da Comissão e a fase que a iniciativa do PSD pretende essencialmente salvaguardar é a de que o acompanhamento num dos seus pontos da proposta da Região só seguirá e terá lugar 6 meses depois do início do processo.

Ora, se o principal problema desta Proposta de Resolução é ser um bocadinho precoce, para isso há a *encubadora*, como existe em relação aos seres vivos.

Eu diria que isso teve em sede de Comissão e sob esse ponto de vista é metê-lo na *encubadora* e esperar dois ou três meses para ela ter a sua oportunidade e ter condições, passado esse tempo, de sobreviver pelos seus próprios meios.

Eu vi também algumas observações, que eu respeito, relativamente às Comissões Permanentes desta Assembleia, de que estas têm, à partida, a obrigação de zelar por tudo. Efectivamente têm e certamente que todos se esforçam para cumprir com essa obrigação.

Permitam-me também chamar a atenção para o seguinte:

É também norma, quando determinadas matérias, pelo seu impacto e dimensão, o justificam - eu já assisti e julgo que os deputados de todos os partidos e ainda há pouco foi salientada a postura da maioria do PS perante



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

uma iniciativa do PCP e certamente já o fez em relação a iniciativas do CDS e outras - recomendar a uma Comissão...

**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Encarregar!

**O Orador:** Ora, aí está uma mudança de termo. Eu por mim também achava bem o termo encarregar.

**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Exactamente!

**O Orador:** Eu não quero assumir as dores que não são minhas. O que eu quero é também, com esta discussão, contribuir para o meu próprio esclarecimento.

Mas, dizia eu, é normal e vamos assistir ao longo deste 4 anos, e é bom termos memória, a recomendações no sentido de que as Comissões Permanentes, no âmbito das suas áreas específicas, façam determinado estudo, fiscalizem mais intensamente isto ou aquilo, peçam um relatório, etc.

Foi sob este ponto de vista que o CDS/PP não viu nenhum inconveniente nessa iniciativa do Partido Social Democrata, embora reconheça que entre o vir cedo de mais ou vir fora de tempo, eu prefiro que seja um pouco antecipada, porque fora de tempo é que não tem remédio.

Portanto, nós vamos votar favoravelmente não é por vir do PSD, porque se viesse do PS o CDS/PP também votaria favoravelmente este tipo de proposta, com melhorias. Esta proposta foi apresentada em sede de Comissão e foi liminarmente chumbada e eu reconheço isso.

Se, porventura, a posição do PS fosse no sentido de dar viabilidade a esta proposta, naturalmente, e como é hábito no seio das comissões, teria introduzido algumas melhorias, algumas sugestões e alterações. Aliás, o Sr. Secretário Regional, com a sua experiência, já estava com a cabecinha a dar sugestões positivas para esta proposta.



**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Mesmo assim não se safa!

**O Orador:** Parece que esta proposta está condenada à nascença, mas a questão que nós queríamos pôr com acuidade era que não víamos, pela parte do CDS/PP, nenhum mal, nem a dignidade das Comissões desta Assembleia era posta em causa e podia ser útil dar uma prioridade e um agendamento, que julgo que é parte do espírito da iniciativa, prioritário a esta matéria, até porque temos o privilégio dos deputados europeus e julgo que qualquer um deles terá grande protagonismo nesta matéria que actualmente já tem no seu acompanhamento e terá no futuro, porque há sempre uma ligação muito forte entre os deputados europeus, oriundos dos Açores, e esta Assembleia.

Portanto, o que nós dizemos é que vamos votar a favor desta Proposta de Resolução e acho que a Assembleia não perdia nada se isso fosse aprovado e até, no âmbito da Comissão, a calendarização dos trabalhos que aqui são sugeridos, no nosso modesto entendimento, seria adequada às necessidades.

Por outro lado, o ponto 2 chama a atenção para a necessidade de se apresentar um relatório sumário da avaliação da aplicação do actual POSEIMA.

Que eu saiba esse documento não existe, pelo menos, actualizado, embora o Governo tenha, certamente, informação sobre esta matéria.

É uma sugestão que me parece positiva da Comissão, não directamente pelos seus próprios meios, porque temos limitações próprias, mas junto do Governo no sentido de atingir esse desiderato.

O Sr. Secretário, de forma muito clara, apontou aqui e até enumerou um conjunto de problemas sérios que se põem à Região nesta fase do processo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Esses problemas existem e foram detectados, também na sequência da própria experiência de aplicação do POSEIMA nestes últimos anos.

Portanto, é também da própria aplicação do POSEIMA e da avaliação dos seus resultados que permite, em consciência, melhor avaliar o que é que é preciso acautelar ou não nesta fase do processo.

Penso que é assim sob o ponto de vista metodológico e se assim fosse, por exemplo, mais uma razão para que o Parlamento tivesse actualizado um relatório em relação à actualização do POSEIMA.

Pode não ser perfeita e certamente não o será, mas vemos aspectos positivos.

Se ela fosse apresentada daqui a um ou dois meses, talvez não perdesse grande oportunidade.

Foi apresentada agora e vai receber, pela parte do CDS/PP, o seu voto favorável

**Presidente:** Eu pretendia que este ponto fosse debatido antes de irmos para intervalo, mas não é possível, porque já temos mais 5 Srs. Deputados inscritos.

Assim sendo, vamos interromper os nossos trabalhos por 30 minutos.

Pedia aos Srs. Membros da Mesa que me acompanhassem, porque temos um compromisso com a conta.

*(Eram 17 horas e 45 minutos)*

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos prosseguir com os nossos trabalhos.

*(Eram 18 horas e 40 minutos)*



Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(\*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Depois da toada morna que foi tentada imprimir ao debate da parte do Grupo Parlamentar do PS e do Governo, naquilo a que na gíria futebolística se chama adormecer o jogo para não passar muito daqui; depois do adormecimento do intervalo, permitam-me que coloque aqui algumas questões no sentido de, exactamente, pôr no devido local aquilo que está aqui em discussão.

Está aqui em discussão um programa da importância do POSEIMA, como foi identificado na apresentação da proposta, que é decisivo para a nossa actividade sócio-económica que tem a característica especial de, pela primeira vez, os Açores terem a oportunidade de contribuir activamente para a definição dos tipos de apoios no âmbito da política agrícola europeia no que concerne aos Açores e toda esta importância é que deve ser realçada. É isto que está em causa, nem mais nem menos.

O que é que o PSD pretendeu com a Proposta de Resolução que apresentou?

Também ao contrário daquilo que o PS quis fazer crer, ao contrário daquilo que o Governo tentou iludir, o que o PSD quis com a apresentação da Proposta de Resolução não foi nem mais nem menos do que isto: que a Comissão de Economia acompanhasse as propostas relativamente a este programa, que fosse feito o relatório relativamente à situação actual do Programa POSEIMA e que fosse dado um parecer relativamente à proposta a apresentar. Nem mais nem menos do que isto e o PS entende que não, entende que a Assembleia não se deve preocupar com o tal problema da antecedência e vai votar contra.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

O que está aqui em causa é que a Proposta de Resolução tem apenas por objecto as três questões seguintes: o acompanhamento da proposta da Região, o relatório sobre a situação actual e o parecer sobre o futuro.

E a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores tendo a oportunidade de conhecer o presente de um programa importantíssimo como o POSEIMA, tendo a oportunidade de contribuir para o futuro deste Programa, tendo a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento dos Açores, assumidamente omite a sua participação sobre um programa importantíssimo para a vida dos açorianos.

Depois assistimos aqui àquilo que é a grande contradição do PS em todo este processo e permitam-me que diga que um Grupo Parlamentar com 31 deputados, com maioria absoluta e com um Governo, não se percebe tanto ziguezague, tanta contradição, quando dizem que não faz nenhum sentido que haja um relatório numa comissão sobre o POSEIMA.

Ainda há pouco tempo fundamentavam as suas posições de ataque ao PSD com o relatório numa comissão sobre a saúde.

Depois é a incoerência que ouvimos aqui durante estes dias, quando dizem que nós só falamos mal e que nunca apresentamos propostas, mas quando apresentamos uma proposta concreta os senhores não querem, não aceitam. Os senhores caem na realidade de perceber o que é que está em causa, perceber quais são as vossas contradições e, sobretudo, perceber que isto é importante para a Região.

Esta proposta não fica em nada diminuída por ser apresentada pelo PSD. O prejuízo desta proposta não é ser apresentada pelo PSD.

Ainda terça-feira, no início dos nossos trabalhos, ouvimos o Sr. Vice-Presidente do Governo assumir a importância da participação dos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

parlamentos regionais no processo europeu, no futuro dos fundos comunitários da Europa. Este discurso hoje, na prática, não é cumprido.

O PS teve a oportunidade de ser coerente, mas é só contradições, o Vice-Presidente diz uma coisa, o PS faz outra, mas a contradição ainda é mais grave, mais preocupante quando ainda hoje foi aprovada, por unanimidade, uma Proposta de Resolução relativamente à participação dos Parlamentos Regionais no processo de construção europeia, apresentada pelo Partido Socialista.

Hoje temos a oportunidade concreta de concretizarmos aquilo foi aprovado por esta casa e cumprir aquilo que são as deliberações da Assembleia e os senhores votam contra.

Faço lembrar, porque talvez os senhores não saibam em que é que votaram, que um dos considerandos da Proposta de Resolução, apresentada pelo Partido Socialista e aprovada por unanimidade, diz exactamente isto: "... que a mobilização das regiões no processo de construção europeia se consubstancia na pronúncia dos parlamentos regionais sobre as referidas propostas da Comissão".

Mas, se é importante para o Partido Socialista que os parlamentos regionais se pronunciem e participem, deixa de o ser quando é o PSD a apresentar uma proposta.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** É isto que está em causa e não tentemos iludir, não tentemos adormecer o jogo com questões técnicas de pormenor, importantes todas elas. O que está em causa é ficarmos a saber que o PS assumidamente não quer que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores acompanhe este processo; que o PS assumidamente não quer que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores faça um relatório



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

sobre a situação actual do POSEIMA e que o PS não quer que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores tenha um contributo prospectivo para o futuro dos Açores, neste âmbito especial da agricultura.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** É só isto que estamos aqui a discutir.

O Sr. Secretário Regional da Agricultura, nesta confusão, acaba por lhe fugir a boca para a verdade quando diz: “É um problema de protagonismo”.

Eu não percebo como é que um partido, como o Partido Socialista, com maioria absoluta e com o Governo Regional, está assim tão ávido de protagonismo, na linguagem actual, super ávido de protagonismo. Só por essa razão rejeita as propostas sérias e responsáveis do Partido Social Democrata que quer cumprir o interesse dos Açores.

Se os senhores pensam que, votando contra uma proposta consciente e séria do PSD, vão com isso diminuir o PSD, não o vão fazer, mas sim diminuir o papel desta Assembleia, vão diminuir um programa importante como o POSEIMA e vão pôr em causa os interesses dos açorianos que dependem da actividade agrícola.

Se os senhores pensam também que com essa sua posição estão a desmotivar o PSD para apresentar propostas de resolução para em cada dia e a cada hora contribuir decisivamente para o futuro dos Açores, estão muito enganados.

De cabeça erguida vamos defender sempre e sempre aquilo que, de acordo com a nossa convicção, é o melhor para os Açores.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

**(\*) Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começava por um ditado popular: “deitar cedo e cedo erguer, dá saúde e faz crescer”.

Se pensam que a nossa proposta peca por ser muito temperana, ela não peca por isto.

Reparem que nós temos 6 meses para apresentar a nossa proposta e quando é que a Comissão vai ouvir as entidades responsáveis por isso? No 6º, 5º ou 4º mês, quando já for tarde? Este não vínculo à Comissão para que acompanhe, não isola aqui o Parlamento? Não dá um ar único e exclusivamente de pouca graça, como se costuma dizer? Não faz aqui um número supérfluo em relação ao Parlamento? Trata-se de ausentar a participação deste Parlamento neste processo.

Em relação ao preâmbulo disseram que havia coisas incorrectas. Digam qual é a parte que está incorrecta que eu quero responder.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Eu já disse duas.

**O Orador:** Eu já desfiz esse seu argumento que não é válido de maneira nenhuma.

Diga uma coisa que não seja correcta no preâmbulo. Diga-me que eu respondo.

**Deputada Maria José Duarte (PSD):** Não sabem. Votam contra só por votar.

**O Orador:** Em relação ao abastecimento do dinheiro para este programa diferente, evidentemente que nós já temos exemplos do passado e aquilo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

que está neste momento em matéria para ser regulamentado, pode não ser, de facto, aquilo que vai acontecer.

Vocês todos sabem que na reforma da PAC a proposta da Comissão foi extremamente tímida em relação àquilo que foi aprovado e que em 2002 foi aprovado o acordo franco-alemão que reduzia as despesas.

Nós não sabemos que vai haver aqui um corte pela não utilização dessas verbas.

Nós temos uma proposta do Conselho e da Comissão, mas não temos ainda a resposta da França nem da Alemanha que têm muita influência neste processo. Não tenhamos dúvidas em relação isto.

Portanto, não vale a pena dizer que o dinheiro está todo assegurado. Oxalá que assim fosse, mas esta não é a verdade. Nós estamos numa fase de preparação daquilo que vão ser as propostas.

Nós não falamos em relação à SINAGA, porque eu acho que o processo está a ser bem conduzido, Sr. Secretário, e tanto está a ser bem conduzido que o Parlamento Europeu já recusou esta proposta e, portanto, quando está bem nós reconhecemos e é isso que eu estou aqui a fazer, mas toda a outra fase está mal.

Eu perguntava ao Sr. Secretário que influência está o Governo a fazer junto de Bruxelas? Nesta fase alguma influência pode ser feita e penso que isso não está a acontecer. O senhor identifique-me qual é essa fase.

Em relação ao artigo 26º, de facto, não houve utilização.

Mas não entrando em muitos pormenores, pergunte ao seu governo de então por que é que não foi utilizado e não seguiu essa proposta? Por que é que houve, em parte, um recuo e substituição dessa proposta?



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Na realidade o que temos aqui apurado é que o dinheiro não foi utilizado, mas houve culpas de dois governos em relação a isto. Se o senhor não sabe, fica a saber.

O senhor informe-se do porquê desta proposta não ter seguido em frente, para depois não vir dizer que a culpa foi só do Governo da República, porque não foi. Se quiser mais explicações sobre esta questão eu dou-lhas.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** O que está aqui em causa, e já me apercebi disso, é o seguinte: Os senhores têm medo de mostrar a vossa estratégia e a vossa forma de negociar com o sector produtivo, não querem evidenciar essa estratégia, não querem mostrar a forma de como a vão negociar.

Isso vai ser uma guerra muito difícil e nós estamos aqui para participar nessa guerra se os senhores quiserem, mas já nos apercebemos que não querem, querem esconder essa guerra.

Esta é, em profundidade, a grande questão que está aqui presente.

Muito obrigado.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

**(\*) Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começo por citar, se calhar, uma disposição esquecida, neste debate, do Estatuto Político-Administrativo da Região, o artigo 32º. Vou lembrar aquilo que os Srs. Deputados da maioria pelos vistos esquecem:

“Competência de fiscalização



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Compete à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, no exercício de funções de fiscalização:

e) fiscalizar a aplicação dos fundos estruturais na Região e de outros programas comunitários de âmbito regional ou de âmbito nacional com incidência na Região.” Isto está no Estatuto.

Aquilo que esta Proposta de Resolução visa é exactamente isto: permitir que esta Assembleia Legislativa possa cumprir cabalmente as suas funções de ente fiscalizador da actividade do Governo numa matéria sensível para a Região, numa matéria importante para o desenvolvimento dos Açores.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

O que está aqui em jogo, perante a matéria do POSEIMA, é uma concepção quanto à competência de fiscalização desta Assembleia.

Nós vivemos nos Açores num regime parlamentar em que a Assembleia fiscaliza o Governo e o Governo responde politicamente perante este Parlamento e nós, Grupo Parlamentar do PSD, queremos tirar todas as consequências das competências de fiscalização da Assembleia e também do modelo de fiscalização que está inscrito no Estatuto e do sistema parlamentar que vivemos nos Açores.

Esta concepção não é partilhada, pelos vistos, pela maioria que apoia o Governo que, com o comportamento que aqui demonstrou hoje e já indiciou desde o início desta legislatura, quer transformar esta Assembleia apenas no notário do Governo e isso não permitimos, não pactuamos com isso, porque esta não é a nossa visão do papel da Assembleia e esta não é a nossa visão do sistema de governo dos Açores.

Não estamos apenas a discutir o POSEIMA, estamos a discutir, de facto e verdadeiramente, o papel fiscalizador desta Assembleia sobre a actuação e



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

actos do Governo e, em particular, de matérias que têm a ver com a política comunitária e que afectam a vida de tantos e tantos açorianos.

Eu ainda não percebi, de facto, se a objecção de fundo do Partido Socialista é em relação à matéria deliberativa desta Proposta de Resolução, porque se o é, então digam concretamente onde é que estão as objecções, porque a bancada do PSD está na disposição de alterar os termos da sua Proposta de modo a que os senhores a possam aprovar.

Eu acho que este é um momento importante e é um momento de separação política das águas neste Parlamento.

Aquilo que se fizer aqui hoje vai marcar o vosso e o nosso comportamento enquanto órgão de fiscalização do Governo.

Aquilo que os senhores fizerem vai marcar para o futuro a vossa vontade de diálogo e a vossa vontade de dignificar este Parlamento, enquanto órgão de fiscalização do Governo Regional dos Açores.

O repto está lançado e como os reptos merecem resposta, eu e a bancada do PSD queremos ouvi-la, não do Governo, mas da maioria parlamentar e dos 31 deputados da maioria Socialista.

**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): E vai ouvi-la!

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

**(\*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas** (*Noé Rodrigues*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No meu entender a questão fulcral que se coloca é a questão de discutir a proposta da Comissão no que ela pode ter de positivo e no que ela pode ter



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

ainda de angustiante para a Região nalguns aspectos, não tanto dos programas a apresentar para uso do POSEIMA, porque, como é sabido, parece-me que esses programas são da exclusiva competência do Governo Regional.

Não quis, com a minha intervenção de há pouco, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, desconsiderar, nem pouco, nem muito, os Srs. Deputados, muito menos esta casa.

Aliás, estou sempre disponível para prestar qualquer esclarecimento e informação que me peçam sobre esta ou outra qualquer matéria da área de competência da Secretaria Regional da Agricultura, inclusive para ir à Comissão tantas quantas vezes forem necessárias para esclarecer e informar sobre os programas que estão em elaboração.

O que eu quis apenas dizer, e repito, foi que os programas de utilização das verbas que o POSEIMA nos porá à disposição, são programas que dizem respeito aos agricultores e às suas organizações e têm que ser discutidos, falados e concertados com eles. É isso que temos feito ao longo dos últimos tempos e temos recolhido deles ensinamentos e preocupações várias que vão informar sobre os programas a apresentar.

Portanto, não se pode estar aqui a trazer à colação deste problema uma questão de acompanhar, dar parecer e coisas desse género, quando a questão primeira que temos a discutir é a questão da proposta da Comissão e do seu mérito, discutir alguns aspectos que nela são angustiantes ainda nalgumas coisas e não estarmos aqui a criar pareceres e questões prévias à programação que vai ser apresentada e que, no meu entender, tem que ter dos destinatários, o parecer prévio e meritório.

A questão da fiscalização da Assembleia relativamente aos actos do Governo, é evidente que é elementar e a fiscalização, como o senhor



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

deputado sabe, não se trata de a fazer neste momento relativamente a programas que vão ser elaborados para serem presentes à Comissão Europeia e, portanto, não vejo qualquer sentido na proposta que apresentaram.

Era só isto.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

**(\*) Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de intervir na parte referente a um conjunto de desafios que foram lançados aos entendimentos que da parte do Governo Regional se poderá ter em relação ao relacionamento com a Assembleia.

É com todo o gosto que, em nome do Governo, respondo a esses desafios.

Nós não estamos, ao contrário daquilo que querem fazer crer os Srs. Deputados da bancada do PSD, a discutir se esta Assembleia deve ou não deve fiscalizar o Governo. A discussão não é esta. A discussão é se o plenário resolve recomendar à Comissão de Economia que acompanhe a formulação das propostas da Região.

O que estamos a discutir aqui é se para o cabal efeito do trabalho da Comissão de Economia, esta deve apresentar um relatório sumário da avaliação da aplicação do actual POSEIMA e outro parecer relativamente ao novo programa a apresentar pela região. É isso que está em discussão e não está em discussão se a Assembleia deve ou não deve fiscalizar o Governo.

É importante que esta matéria fique perfeitamente esclarecida, porque na opinião do Governo Regional esta Proposta de Resolução não deve ser aprovada, porque aquilo que ela faz é consubstanciar a posição mais



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

cómoda, a posição demonstrativa de incapacidade política e, em alguns casos, de incapacidade técnica para participar validamente neste debate que estamos a fazer sobre a revisão do POSEIMA.

Esta Proposta de Resolução do PSD prova exactamente isto e porquê? Porque a linha de argumentação que o PSD tem utilizado permite-nos descortinar aquilo que vem a seguir e o que vem a seguir é que o PSD não fará nada, não participará, não exercerá aquelas que são as suas competências, porquê? Porque o plenário e a maioria absoluta do Partido Socialista chumbaram a sua proposta, quando não é verdade que assim seja, nem tem que ser assim.

Nós estamos a assistir aqui a uma completa inversão daquilo que deve ser o papel justificativo em relação a esta matéria.

Os senhores querem colocar o Governo Regional na posição de justificar a sua posição a esta Proposta de Resolução.

**Deputado António Ventura (PSD):** É muito criativo!

**O Orador:** Desculpem lá, o Governo não tem que justificar a sua posição em relação a esta Proposta de Resolução. Quem tem que justificar aqui alguma coisa é o PSD.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** O senhor está enganado!

A pergunta foi dirigida ao Grupo Parlamentar do PS e não ao Governo.

**O Orador:** Das duas uma, ou fala o Sr. Deputado ou falo eu. Os dois ao mesmo tempo não dá!

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Os apartes são permitidos regimentalmente.

**O Orador:** Isso não é aparte.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Quem tem que justificar aqui alguma coisa é o PSD e porquê? Porque o PSD pode pedir ao Secretário da Agricultura e Florestas que vá à Comissão explicar, mas não faz isso.

O PSD pode fazer um requerimento a pedir esclarecimentos sobre o POSEIMA. Já o fez, é um facto e tenho-o no meu gabinete para dar resposta ao PSD.

Qualquer deputado do PSD pode apresentar um relatório a este plenário sobre esta matéria, mas não é isso que o PSD faz.

A função de fiscalização que o PSD diz que está em causa nesta proposta, ela não existe, porque depende, em primeiro lugar, do trabalho que os Srs. Deputados, que têm esse entendimento, queiram realizar e, portanto, é o PSD que tem que justificar a razão pela qual considera que um deputado apresentar um relatório aqui dentro, chamar o Secretário Regional da Agricultura e Florestas à Comissão para prestar esclarecimentos, não é suficiente para exercer a função fiscalizadora do Governo.

A justificação, neste caso, está do vosso lado e não do lado do Governo Regional ou da maioria absoluta que o suporta.

Portanto, temos que deixar esta matéria perfeitamente clara sob pena de estarmos a confundir por completo quem deve explicar o quê.

Em segundo lugar, há efectivamente uma questão política aqui dentro e essa questão relacionada com esta de quem deve explicar e justificar o quê, é conforme disse o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro “cada macaco no seu galho”. Muito bem, Sr. Deputado!

Se é certo que é “cada macaco no seu galho” no que diz respeito a funções de fiscalização, no que diz respeito a funções de acompanhar e de fiscalizar aquele que é o papel do Governo, o Sr. Deputado acha que é “cada macaco no seu galho” a Comissão dar parecer relativamente à proposta do



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Governo? Não, Sr. Deputado! Nesta matéria é “cada macaco no seu galho”, mas conforme as suas palavras, o macaco maior estará aqui deste lado.

Sobre este assunto, penso que estamos esclarecidos.

Há efectivamente um conjunto de erros nesta Proposta de Resolução e, sobretudo, um conjunto de erros em algumas das intervenções que foram aqui feitas, porque, em primeiro lugar, a Região não tem liberdade de decisão.

**Deputado António Ventura (PSD):** Tem sim senhor.

**O Orador:** Desculpe lá, a Região não vai decidir ou aprovar os programas. É diferente a Região ter liberdade de decisão e ter capacidade de propor o programa.

Esta matéria já foi sobremaneira explicada pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Para concluir, Sr. Presidente, em relação a questões e a desafios políticos está esclarecido aquele que é o entendimento do Governo Regional.

O Governo Regional prestou, presta e prestará sempre a esta Assembleia os esclarecimentos que lhe forem solicitados, agora não podemos, dentro daquilo que é o nosso papel aqui dentro nesta árvore, é de forma nenhuma aceitar uma inversão completa daquilo que devem ser as regras de funcionamento e o papel de cada um desses órgãos, sob pretexto do PSD, por comodidade não querer exercer o seu papel de oposição dentro desta Assembleia.

Esta é a leitura política que resulta do discurso e da linha de raciocínio do PSD e porquê? Para depois vir dizer que, não fazendo nada, a culpa é do PS, porque não votou a sua Proposta de Resolução.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Sr. Deputado Pedro Gomes, leia o Regimento e vai ver que tem um conjunto de outros mecanismos para exercer a fiscalização do Governo que não propriamente esta Proposta de Resolução.

Muito obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

**(\*) Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou começar um pouco mais atrás e depois passarei à sua acusação.

Na Comissão eu fui bem claro quando disse que, em relação ao acompanhamento, nós havíamos de discutir propostas do PSD, propostas do PS e ouvir o Governo.

O requerimento que nós entregámos para saber aquilo que foi gasto pelos apoios pecuárias, é a prova cabal de que queremos entregar uma proposta.

Isto só vem provar que nós não nos estamos a ausentar de nenhuma propostas nem nos estamos a esconder atrás do que quer que seja, ou seja, não aprovaram, então vamos só criticar. Não é verdade Sr. Secretário.

**Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Os senhores entendam-se.

**O Orador:** O requerimento é a prova de que nós queremos saber quais são os fundos utilizados para podermos trilhar uma estratégia e um rumo para a agricultura. É tão simples quanto isto e não se trata de nos escondermos atrás de nada, antes pelo contrário, isto não vai invalidar a nossa apresentação de propostas em relação a esta questão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Por outro lado, a NEWSLETTER, a nota informativa da Direcção Geral de Agricultura diz o seguinte:

“Estender a mão às regiões ultraperiféricas da união europeia.

O regulamento confere a estas regiões um poder substancialmente acrescido na tomada de decisões.

Haverá dispositivos de gestão simplificados, permitindo uma adaptação mais célere das medidas de apoio e a sua melhor adequação, para serem mais bem sintonizadas com as necessidades específicas das regiões ultraperiféricas.

São ilegíveis para apoio todos os produtos agrícolas.”

Acabou.

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

**(\*) Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma nota prévia de assumir aqui um lapso da minha parte que foi, tendo acusado o Sr. Secretário Regional, o Governo e a maioria de incoerência, cometi um lapso.

De facto, devo realçar aqui a coerência, a constância no tom de voz do Sr. Secretário Regional, porque, quer seja a acusar a oposição de não ter propostas, quer seja a acusar a oposição de votar contra tudo, quer seja a acusar a oposição de ter propostas, o tom de voz é sempre o mesmo.

Isto é uma coerência que deve ser realçada, conhecida e registada por esta Assembleia, porque o tom de voz normalmente não fica registado nos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

diários das sessões, mas para que se saiba, o Sr. Secretário acusa tanto a oposição de ter como não ter propostas, ...

**Deputado Nuno Tomé (PS):** Isso é importantíssimo!

**O Orador:** ... com o mesmo tom de voz, nessa teatrealidade que faz evidenciar que, no mundo em que vivemos, o tom é muitas vezes mais importante do que o conteúdo, porque no conteúdo a incoerência é a marca, na medida em que até agora sempre nos acusaram de nada fazer.

**Deputado Nuno Tomé (PS):** O senhor deve estar a ver o espelho de Santana Lopes!

**O Orador:** Já foi hoje lembrado aqui uma proposta do PCP sobre pescas, em que houve uma resolução aprovada por unanimidade.

Anteontem o Sr. Vice-Presidente pedia o contributo das Regiões e dos Parlamentos Regionais e hoje aprovámos uma resolução nesse sentido.

O que eu pergunto é se os senhores vão votar contra, porque não querem que a Assembleia acompanhe este processo. É por isso? Não!

Vão votar contra, porque não querem que a Assembleia faça um relatório sobre a actual situação do POSEIMA. É por isso que não querem?

Vão votar contra, porque não querem que a Assembleia dê um parecer sobre a proposta relativamente ao futuro POSEIMA. É por isso que não querem?

Se não é por nada disto, então assumam que é pura e simplesmente por aquilo que já dissemos: é porque a proposta é do PSD.

Os açorianos que votaram no PS tal como os açorianos que votaram no PSD e em todos os partidos, ninguém pensou que fosse determinado o futuro dos Açores apenas porque uns queriam e outros não queriam. Conscientemente todos querem, de facto, o melhor para os Açores.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

O PSD não pode ter nenhum estigma por se chamar PSD e os Srs. devem perceber que neste momento são maioria, mas amanhã, se calhar, não são, como não o foram no passado, e este desrespeito pelas minorias, este desrespeito pelo Parlamento é o desrespeito que os senhores estão a assumir para consigo próprios, porque quem não se respeita a si próprio, não pode ser respeitado. Esse desrespeito pela Assembleia e pelo papel que ela pode tomar está a marcar, decisiva e infelizmente, a vossa actuação neste Parlamento.

Uma nota final de lamento pela governamentalização deste debate e pela governamentalização das decisões da maioria parlamentar do Partido Socialista. Governamentalização nas palavras do Sr. Secretário Regional que diz que é mais importante ouvir associações de produtores do que o papel desta Assembleia na decisão sobre matérias importantes para os Açores e governamentalização quando o Sr. Secretário Regional da Presidência e das relações com o Parlamento diz que, e cito: “A opinião do Governo é de não votar a favor da nossa proposta”. Foi o senhor que disse e a maioria vai na sequência da opinião do Governo.

**Deputados Jorge Macedo e Pedro Gomes (PSD):** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** É esta governamentalização, esta desconsideração e esta falta de dignificação da Assembleia que pomos em causa.

Conforme já foi referido pelo Sr. Deputado António Ventura, eu reafirmo aqui: a vossa decisão traz prejuízo para a Assembleia, traz prejuízo para a percepção que se possa ter sobre o programa POSEIMA. Na nossa opinião pode trazer prejuízo para os agricultores, mas com todos esses prejuízos, o PSD assume que, sem prejuízo de assumir sempre as suas posições,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

apresentará e contribuirá para, neste aspecto, como em todos os outros, dignificar sempre o papel da Assembleia.

É esta a nossa postura, quer os senhores queiram, quer não, quer seja esta ou não a vossa vontade. Vamos seguir por aqui, incomode-vos ou não.

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

**(\* Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Clélio Meneses, devo dizer-lhe que o Grupo Parlamentar do PS está aqui num profundo e enorme dilema: não sabe se há-de concordar com o Governo que apoia ou se com o Grupo Parlamentar do PSD.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Como estão na mesma árvore, devem concordar.

**Deputada Maria José Duarte (PSD):** No mesmo ramo!

**O Orador:** Enfim, estamos a debater esta questão e havemos de chegar a alguma conclusão.

Por outro lado, gostava de lembrar ao Sr. Deputado que, neste caso, o seu tom de voz foi inversamente proporcional à razão, mas reconhecemos, porque temos que reconhecer, a boa intenção do Grupo Parlamentar do PSD ao propor o direito de propositura. Exerce-o e é, de facto, uma boa intenção.

Agora, também é um facto, que temos que reconhecer, o mau conteúdo da proposta. Não estamos a avaliar a intenção da proposta, mas o seu conteúdo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

É evidente que estas matérias que envolvem auscultação dos parceiros do sector por parte do Governo são matérias que estão claramente no âmbito da função executiva.

A fiscalização das acções do Governo nesta e noutras matérias são competência da Comissão que as vai exercer como sempre o tem feito. Se o que está aqui em causa é a fiscalização e o acompanhamento por parte da Comissão, isso não pode nem deve, em nenhum momento, ser posto em causa.

De facto, eu percebo e entendo as aspirações de algumas pessoas. Isso é perfeitamente compreensível e aceitável.

Agora, o Grupo Parlamentar do PSD querer-se substituir ao executivo, não é realista na medida em que não está e não foi mandatado para tal.

Eu percebo que isso seja um dilema, um trauma até para algumas pessoas, mas a verdade é que, tendo em conta o número de deputados que estão deste lado, o Grupo Parlamentar do PSD não está mandatado para tal.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Não têm argumentos, têm é número. É a política do cilindro!

**O Orador:** Por outro lado, Srs. Deputados, se pensam que com isto queremos intimidar e acabar com PSD e o seu Grupo Parlamentar, fiquem descansados, porque para isso não precisam da nossa ajuda e nós queremos continuar a ter oposição.

Assim sendo, estando em causa o conteúdo desta propostas, ele não é aceitável, porque recomenda à Comissão questões que já são sua competência e recomenda outras que não são da sua competência e que a Comissão apenas tem o dever e a obrigação de fiscalizar e acompanhar, mas não de executar no âmbito daquilo que são as funções que estão adstritas às competências do Governo.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Por tudo isso, esta proposta não pode, em circunstância alguma, ter o nosso apoio e vai ter o nosso voto contra.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** *Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

**(\*) Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É apenas para uma última intervenção, pelo menos da minha parte, e que tem a ver com o seguinte:

Eu realmente hoje enganei-me mais uma vez.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Não eram macacos.

**Deputado Maria José Duarte (PSD):** Não eram macacos, eram chimpanzés!

**O Orador:** Eu julgava que só depois da votação o PSD ia dizer que o chumbo desta proposta impedia a Assembleia de cumprir com a sua função. Afinal enganei-me e não foi preciso esperar pela votação, porque mesmo antes da votação o Sr. Deputado Clélio Meneses já disse que o chumbo desta proposta implica que a Assembleia não pode cumprir o seu papel.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Eu não disse isso.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Tem uma imaginação fértil!

**O Orador:** O Sr. Deputado Clélio Meneses fez um conjunto de perguntas em relação a esta matéria e sobretudo colocou uma questão que também me parece importante esclarecer e que tem a ver com a alegada contradição em que cairia o Governo quando apoiou ou pelo menos considerou positiva



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

uma Proposta de Resolução deste Parlamento sobre a política regional e agora considera como negativa esta Proposta de Resolução.

Não há efectivamente contradição nenhuma e eu explico porquê, porque também me parece importante que fique registado esta contradição da contradição do Sr. Deputado Clélio Meneses.

Não há nenhuma contradição por uma razão muito simples: é que a única forma deste Parlamento se pronunciar sobre o apoio às propostas da Comissão Europeia sobre política regional não é através de parecer da Comissão, não é através dum requerimento, não é através da chamada de um Secretário à Comissão, não é através da apresentação de um relatório individual, mas através daquela Proposta de Resolução que foi aqui aprovada, e muito bem, por unanimidade.

Portanto, o Grupo Parlamentar do PSD - e lá estamos mais uma vez a cair na inversão dum alegado ónus da prova de justificar por que é que se quer esta Proposta de Resolução - não explicou ainda por que razão é que entende que este é que é o modelo certo e correcto de fazer esse acompanhamento e isto implicaria necessariamente explicar por que razão é que o PSD considera que, por exemplo, uma recomendação aqui apresentada não é a forma correcta de fazer esse acompanhamento?

Por que razão é que um relatório individual não é a forma correcta de fazer esse acompanhamento?

Por que razão é que a chamada de um Secretário à Comissão não é a forma correcta de fazer esse acompanhamento?

**Deputado Costa Pereira (PSD):** Por que é que não é?

**O Orador:** Não, porque a regra não é vossa, ela está no Regimento.

Portanto, para uma excepção a esta regra, acho que toda esta casa, incluindo o Governo, merece uma justificação e essa justificação não foi



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

dada. Essa justificação, receio eu, foi conscientemente omitida, porque só sendo conscientemente omitida é que permitiria fazer aquilo que nós acabamos de ouvir da boca do Sr. Deputado Clélio Meneses.

Os maus da fita são sempre o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo Regional.

**Deputada Maria José Duarte (PSD):** Então quer dizer que vão votar a favor.

**O Orador:** Por último e para clarificar também da parte do Governo, de uma vez por todas, esta questão de Governo/maioria, maioria/Governo.

Eu não sei como é que funcionava no vosso tempo, mas no nosso tempo funciona como disse o Sr. Deputado Lizuarte Machado e penso que isso explica tudo.

Muito obrigado.

**Vozes da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

**(\*) Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois de tanto tempo de debate veio-me à mente aquela frase que clarifica muitas destas discussões, ou seja, só é esclarecido quem quer ser esclarecido, por muitas que sejam as razões daquele que tem vontade de esclarecer.

Sobre esta matéria podíamos ficar aqui mais duas, três ou quatro horas ou o tempo que fosse, que da parte do Governo, mais do Governo do que da parte do Grupo Parlamentar do PS, e isto sente-se pelo entusiasmo que o



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

governo pôs neste debate, ao contrário da falta dele da parte do seu Grupo Parlamentar, sente-se que iam sempre encontrar malabarismos de raciocínio que de alguma forma tentassem iludir aquilo que está aqui em causa.

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Devo dizer que o que está aqui em causa é que os deputados do PS, aceito que em consciência e convicção, vão votar contra uma proposta que queria, e repito, porque tem que ficar claro, que a Assembleia acompanhasse as propostas da Região sobre o POSEIMA.

**Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Não apoiado!

**O Orador:** Vão votar contra, assumida e convictamente, uma proposta que queria que a Assembleia desse um parecer sobre esta matéria em termos futuros e que fizesse um relatório da avaliação do actual POSEIMA.

Que fique claro: o PS assumidamente está a votar contra isso.

O Governo, com mais entusiasmo, quer que seja isso que aconteça.

Não é essa a vontade do PSD.

Assumindo a nossa representatividade eleitoral, legítima e democrática, assumimos isso, obviamente, com a serenidade que a decisão da Assembleia determina, mas também é com a mesma serenidade, vontade e convicção que vamos continuar sempre este caminho por muito que fosse a vossa vontade em desmotivar o Grupo Parlamentar do PSD e em diminuir aquilo que na vossa própria deliberação na Comissão era o efeito reduzido desta nossa proposta.

A nossa proposta não ficou reduzida, muito menos o PSD, que sai daqui cada vez com mais vontade de seguir com aquilo que é o interesse dos açorianos e neste caso esse interesse era que o primeiro órgão da nossa autonomia também interviesse efectivamente sobre esta matéria de acordo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

com a nossa proposta, mas fá-lo-á sempre de acordo com aquilo que for determinado pela Assembleia.

*(Risos da Sra. Deputada Fernanda Mendes)*

A Sra. Deputada Fernanda Mendes sorri, mas não acabou de me ouvir.

**Deputada Fernanda Mendes (PS):** Também tenho direito. Não é só desse lado.

**O Orador:** O que estou a dizer é que entendíamos que, de acordo com a nossa proposta, a Assembleia cumpria o seu papel, mas também entendemos que todos os contributos que possamos dar vão nesse sentido. É este o nosso propósito. É isso que vamos fazer, desejando que nas próximas Propostas de Resolução ou Projectos de Decreto Legislativo Regional que o PSD apresente, as mesmas não tenham o fim desta, isto é: que sejam rejeitadas independentemente do valor do seu conteúdo, mas apenas pela simples circunstância de serem apresentadas pelo PSD.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

**(\*) Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para que fique registado e fique claro que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai acompanhar de perto toda esta problemática do POSEIMA, que os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que integram a Comissão de Economia vão cumprir a sua obrigação como



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

sempre têm feito, vão acompanhar o mais perto possível toda esta problemática e este problema, vão ouvir, sempre que entendam e que necessitem de esclarecimentos, quer fora, quer no âmbito da Comissão, o Sr. Secretário Regional as vezes que forem necessários e vão sempre, sempre, mas sempre cumprir as suas responsabilidades e acompanhar este processo com toda a regularidade e normalidade que ele merece.

Apenas e para que fique registado, nós vamos continuar a cumprir a nossa obrigação.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos votar esta Proposta de Resolução, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Resolução foi rejeitada com 28 votos contra do PS e 15 votos a favor do PSD.